



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

SERTANEJOS LIVRES NO PIAUÍ ESCRAVISTA: AS DIFERENTES CATEGORIAS DE TRABALHADORES RURAIS NO MUNDO ESCAVISTA PIAUIENSE (1850-1888)

Ivana Campelo Cabral*

1

As produções historiográficas sobre uma determinada região conseguem apreender características e especificidades que comportam os mais variados traços de uma sociedade. Tanto o “dito” quanto o “não dito” podem ser analisados e reinterpretados em diferentes momentos e com as mais variadas finalidades.

A sociedade atual guarda muitos destes vestígios que podem servir como suporte para uma análise entre o que era praticado por tal sociedade e o que foi transposto para a historiografia. O acesso a produção histórica ao longo dos séculos esteve sempre voltado para as camadas dominantes, enquanto que as classes dominadas muito pouco podiam desfrutar de tais mecanismos. Apesar das deficiências do termo tão bem elencadas por Halbwachs, a construção da “*memória histórica*” é desta forma uma construção unilateral da memória, uma vez que não consegue contemplar os variados universos sociais.

No final, tirando-se gravuras e livros, o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos

* Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí; Aluna Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil-UFPI; Membro pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência IFARADÁ-UFPI. E-mail ivanakabral@gmail.com;

na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar. (HALBWACHS, 2004, p. 87)

No caso do Piauí a produção historiográfica acerca do trabalho e dos trabalhadores rurais atuantes nesta região passou por diferentes momentos, a formação da memória histórica sobre o trabalho esta atrelada a diferentes interesses ao longo dos anos, os quais podem ser divididos em quatro momentos principais. O primeiro momento, com o percurso de coisificação e negação do trabalho humano, no período inicial da colonização com o desbravamento das terras, a expulsão dos indígenas e a fixação das fazendas de gado com a atuação de um pequeno número de trabalhadores livres e a presença de elementos escravizados, mas com destaque para os desbravadores colonizadores das classes dominantes do litoral agroexportador. Neste contexto o próprio espaço físico por si só seria capaz de produzir e fazer desenvolver os rebanhos bovinos a mercê apenas da natureza, como se percebe na *Descrição do Sertão do Piauí* de Padre Miguel de Carvalho.

No segundo momento a “teoria” de que não havia necessidade de trabalhadores na produção pastoril, difundida por base na escrita do Ouvidor Durão (MOTT, 1985) Onde se percebe a negação e coisificação do trabalho escravizado e a desvalorização do trabalho livre, que se transfigurou como um enquadramento do mundo do trabalho no Piauí dos séculos XVII e XVIII.

No século XIX tem-se o que poderíamos chamar de terceiro momento, com as contribuições dos viajantes Spix, Martius e Gardner, onde é possível uma representação detalhada em seus escritos do cotidiano e da vida dos trabalhadores nas fazendas de gado no Piauí, e neste contexto a preservação das concepções das classes dominantes, que apresentam tais trabalhadores como ociosos preguiçosos e jogados a própria sorte nesta região. A memória produzida por estas obras oferece uma representação que nega o trabalho enquanto base para a acumulação de riquezas no Piauí. As produções do século XVIII e XIX são decisivas para a construção da memória histórica da sociedade piauiense em torno do trabalho. Neste particular destaca-se a participação de uma parcela relevante dos intelectuais do período em justificar o atraso desta região tendo

por base a má utilização do trabalho e principalmente a incorporação do trabalho escravizado.

A escravidão nesta parte do país teria sido segundo estes autores, um aspecto negativo para o crescimento econômico, dificultando o desenvolvimento e a modernização. Segundo Porto, "A abolição da escravatura não teve ressonância no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda." (PORTO, 1974, p.89). Considerando a idéia de que na zona pecuarista piauiense não existia a presença da mão-de-obra escravizada. Tal assertiva era creditada ao fato da atividade econômica desenvolvida não necessitar de muitos trabalhadores, além da inviabilidade da inserção do sistema escravista nesta região pela natureza do criatório extensivo. Com este argumento, sem muito embasamento documental, esta afirmação foi largamente difundida.

Em 1994 escreveria Monsenhor Chaves sobre os escravizados no Piauí, que estes eram um mal para a sociedade. Apesar de contraditoriamente reconhecer o trabalho destes na construção da cidade de Teresina:

O desbravamento da área para a construção dos primeiros edifícios de Teresina foi feito com o trabalho escravo. Eram males da época. Ainda por muitos anos a mancha da escravidão negra deslustraria a fisionomia social desta terra tão bela, tão livre e tão compassiva. (CHAVES, 1994, p. 119)

È nítida a preocupação em reelaborar as significações da memória em torno deste universo do trabalho, que deixou de ser negado enquanto integrante deste espaço, mas passou a ser transposto para a historiografia como prejudicial ao desenvolvimento, desnecessário e repugnante para a sociedade. Tais posicionamentos são facilmente identificados nos discursos de intelectuais de fins do século XIX e início do século XX. Neste período o Piauí passa por uma crise na produção pecuarista e com a diversificação da economia era necessária a reafirmação da elite a partir do discurso intelectual. Elite esta profundamente atrasada aos moldes dos grandes centros nacionais e que almejava se encaixar nos então propostos patamares de civilização. Estes documentos e discursos elitistas são utilizados como a documentação base para as pesquisas que acabaram por difundir estes argumentos em relação ao trabalho escravizado e também livre no Piauí. Como herança deste "forjamento" da elite letrada ocorre o reflexo no sentimento

identitário desta sociedade, uma identidade fracionada da qual o trabalho e os trabalhadores não participaram.

As produções do século XX serão aqui analisadas como o quarto e último momento. É nesta época que ocorre o que poderia se chamar de uma ruptura decisiva nas concepções do fazer historiográfico sobre o trabalho no Piauí. Esta fase pode ser dividida em dois momentos, o primeiro com a reafirmação do que havia sido difundido até fins do século XVIII, do mito de inexistência da escravidão como sistema violento de exploração dos trabalhadores e ainda com a negação da importância destes trabalhadores no desenvolvimento desta região

O segundo momento deste período já em fins do século XX e início do século XXI tem se o surgimento de novas produções historiográficas que quebram com algumas destas concepções tradicionais que vinham se estabelecendo, propondo novas abordagens e trazendo a luz do conhecimento não apenas intelectual como também social, apoiado por fontes e documentações, o que de fato poderia ter sido a contribuição do trabalho e dos trabalhadores para a formação da sociedade e da cultura piauiense.

Entre os historiadores que se inserem nesta nova perspectiva historiográfica sobre a discussão em torno do trabalho no Piauí destacam-se Luís Mott, Miridan Falci, Tânia Brandão e Solimar Lima. A característica comum entre as pesquisas destes estudiosos encontra-se na afirmação da existência da escravidão como importante sustentáculo da economia pastoril extensiva do Piauí. As diferenciações residem na forma como estes historiadores observam o tratamento dispensado aos escravizados e as tarefas desenvolvidas por estes trabalhadores no universo produtivo das fazendas particulares e públicas. Os avanços proporcionados por estas produções a cerca principalmente do trabalho escravizado induz as seguintes conclusões: o trabalho escravizado foi à mão-de-obra predominante nas fazendas de criatório, no entanto não foi exclusiva, e que ainda nas fazendas pecuaristas do Piauí não havia diferenciação de tarefas entre livres e escravizados.

A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas foram às principais atividades econômicas desenvolvidas no Piauí, tais atividades possibilitaram a existência de várias categorias de trabalhadores. A sociedade rural foi marcada pela

presença de sujeitos diferenciados em decorrência das funções que desempenhavam e a posição jurídico-social que ocupavam. Neste contexto destacam-se os sesmeiros, posseiros, arrendatários, criadores, vaqueiros, agregados ou moradores e escravizados, como os principais elementos formadores desta sociedade.¹

A propriedade das terras era, em sua maioria, dos sesmeiros, categoria possuidora de bens na região sertaneja e em áreas do litoral açucareiro. Esses grandes proprietários raramente se fixaram nas terras adquiridas no sertão. Para empreender o povoamento e a produção passaram a conceder terras a arrendatários, homens livres brancos de poucas posses que pagavam em geral “de dez mil réis de renda por cada sítio em cada ano.” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p.113). Arrendatários são desta forma percebidos como senhores, uma vez que são responsáveis pelas terras e pela produção nas fazendas, e formaram a classe senhorial local, embora não fossem os verdadeiros donos. O vínculo entre arrendatário e proprietário se dava pela honra ao contrato firmado, e a dedicação em promover a ocupação e a lucratividade nas terras.

A prática de arrendamento de terras lançou as bases para o início dos conflitos entre sesmeiros e arrendatários ou posseiros. Os arrendatários passaram a reclamar as posses das terras onde trabalhavam. Argumentando que estas deveriam pertencer de direito a quem nelas habitasse e produzisse. A luta entre posseiros e sesmeiros, permeou grande parte da história rural piauiense. Essa disputa contara com a adesão dos sitiantes, também em sua maioria arrendatários, que buscavam de alguma forma fugir da exploração dos grandes senhores e promover uma distribuição das terras, estendendo a estes o domínio das terras que cultivavam e a maior utilização e habitação dos imensos territórios abandonados.² A ameaça proporcionada pelos posseiros faz com que muitos sesmeiros passem a ocupar suas terras, habitando seus domínios. O número de fazendas com os donos residindo fora da província diminui na medida em que se expande a ocupação. (MOTT, 1985)

¹ Ver: BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; MOTT, Luiz R. B. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985; LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005

² Ver: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966; BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

Os fazendeiros ou arrendatários do Piauí tinham características peculiares a estrutura agrária desta província. Moravam em suas fazendas, chamadas roças, residindo em casas simples, sem luxo, convivendo no cotidiano com as outras categorias sociais do mundo rural; participavam de todas as atividades da fazenda, no plantio de mandioca, da melancia, do milho, do feijão, da macaxeira e outras culturas. (DIAS, 1996 p.142)

A presença destes proprietários ao lado dos trabalhadores livres e escravizados contribuía sobremaneira para a fiscalização da produção e do conjunto dos trabalhadores. Contudo, a relação entre proprietários e trabalhadores em regra era mediada por criadores ou vaqueiros. O criador também era um produtor, no entanto não tinha a posse das terras, sua fixação estava vinculada ao critério de “confiança” ou “parentesco” com o proprietário (LIMA, 2010). O sistema estabelecido entre criador e proprietário era o de parceria, cabendo ao criador a administração da fazenda e dos bens da mesma. Na ausência dos proprietários o criador o representava, mas diferentemente do arrendatário, o criador era apenas um trabalhador da fazenda. Desde o processo de fixação das fazendas de gado no Piauí, a presença de um administrador responsável pelo controle e fiscalização das fazendas parece ter sido uma prática freqüente, como observou o viajante Gardner em sua passagem por estas terras, denominando esta categoria como “camaradas”.

Algumas destas fazendas ou quase todas tem mais de um homem a que se chamada de camarada, que serve para vigiar o vaqueiro si cumpre as suas obrigações [...]; neste caso é o lucro pela oitava, porque de oito crias é uma para o vaqueiro, e outra para o camarada, nada mais se costuma dar a estes homens (GARDNER, 1942, p. 58).

O lucro obtido pelos criadores e vaqueiros dependia diretamente da capacidade de reprodução nas fazendas, quanto maior o rebanho, logo maior seria o lucro gerado pelo sistema de quarta. Assim as pequenas propriedades, com reduzida capacidade de reprodução não eram muito atraentes aos trabalhadores. Em 1812, o criador Antônio Rabelo Pinto escreveu ao Governador da Capitania entregando o cargo. Segundo Antônio:

A fim de lucrar meios para sua subsistência aceitara o lugar de criador na fazenda da Gameleira do Real Fisco da Inspeção Nazaré, com o intuito de perceber o quarto do gado que criasse na forma do costume,

e tendo passado na obrigação daquela fazenda há um ano, calculara agora o pouco lucro; e pois assim quer desistir daquela ocupação.³

A ocupação de criador era disputada por muitos pretendentes que migravam de outras regiões para o sertão pecuarista com o desejo de se tornarem proprietários através da rápida acumulação de riquezas com o trabalho de vaquerice. Essa ideologia era propagada principalmente nas áreas litorâneas, criando um mito de ascensão social com pouco trabalho nesta região. A tão sonhada mobilidade social na região pecuarista, na realidade era bastante restrita ou quase inexistente. O vaqueiro preposto era o único elemento desta sociedade que em longo prazo e em raras exceções conseguia juntar algumas riquezas em cabeças de gado e algum pedaço de terras, pois o pouco que conseguia ganhar com o sistema de quarta em muitos casos estava comprometido em seu próprio sustento e de sua família.

A categoria vaqueiro era uma das categorias mais heterogêneas da sociedade pecuarista. Figura marcada por grande simbologia na região pastoril, o vaqueiro se transfigurou para a historiografia e para a memória da população como o elemento identificador da economia pecuarista do sertão e também uma referência de liberdade nessa região, levando em consideração sua vida livre pelos campos e a tão almejada ascensão social que lhes era possível pelo menos hipoteticamente, a partir do sistema de quarta [a cada quatro reses que nasciam na fazenda uma pertencia ao vaqueiro].

A denominação vaqueiro diz respeito à lida com o gado. Contudo, observa-se que não se limitava a esta tarefa, incorporando também o sistema de administração da propriedade e controle dos trabalhadores. Os vaqueiros poderiam ser desta forma, segundo Solimar Lima, dividido em duas categorias, “vaqueiro preposto” e “vaqueiro trabalhador” (LIMA, 2010). O vaqueiro preposto, homem livre pobre, branco ou mestiço, escolhido pelo proprietário, com o qual mantinha laços mais próximos de convivência, era tido como um “homem de confiança”, em alguns casos, parente do proprietário⁴.

O preposto era responsável pela administração das fazendas e muitas vezes apresentado como o proprietário ou criador. Também era um trabalhador da fazenda,

³ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1804-1854.

⁴ APEP. Registro de Ordens do Tesouro Nacional. 1863-1875, código 097.

mas por ocupar um cargo de confiança e receber o pagamento no sistema de quarta, gozava de certo prestígio social e era tido como uma autoridade por ser responsável por grandes quantidades de terras e responder pelo proprietário.

O vaqueiro trabalhador contempla os que lidavam diariamente com os rebanhos, estes eram considerados trabalhadores “desqualificados” e de “péssimos costumes”. Seus serviços não exigiam muitas habilidades, podendo ser facilmente substituídos. Compunha esta categoria homens livres pobres, escravizados e libertos. Durante os séculos XVIII e XIX, encontrava-se dentro das fazendas uma espécie de hierarquização, ou distinção entre os vaqueiros trabalhadores. O vaqueiro “cabeça-de-campo” era responsável pela identificação dos rebanhos nos campos “e o modo por que devem ser pegados”.⁵ Este vaqueiro era acompanhado pelos vaqueiros “guias, tangedores e peadores”. Os guias e tangedores auxiliavam nos deslocamentos das boiadas evitando que as reses se desgarrassem pelas matas. Dentro das “cercanias” das fazendas muitas crianças se dedicavam a esta tarefa. Os peadores prendiam as patas dos animais com peias, uma espécie de algema feita com cordas ou couro, deixando os animais com dificuldade de locomoção⁶. Eram também aqueles que exerciam ofícios especializados, como carpinteiros, seleiros, ferreiros, oleiros e pedreiros, sendo em sua maioria escravizados (LIMA, 2009).

Os agregados ou moradores foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria livres, libertos e até mesmo escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão dos proprietários. Dedicavam-se ao cultivo das terras auxiliado por familiares ou mesmo trabalhadores, escravos e livres. Ocupavam-se da pecuária e da produção agrícola para o sustento de sua família e de seus trabalhadores e o excedente da produção destinava-se ao comércio com outras regiões, ou mesmo dentro da própria província.

⁵ APEP. Tesouraria de Fazenda. 1841-1846, código 494.

⁶ Ver: LIMA, Solimar Oliveira. *O trabalho livre nas fazendas pastoris do Piauí*. In: Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10 nº 22, novembro-dezembro/2009; FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

Esses agregados geralmente eram foragidos da justiça ou de seus senhores quando escravizados e buscavam apoio e proteção de grandes proprietários, aos quais prestavam alguns favores pessoais até mesmo de segurança das fazendas. Outros eram trabalhadores livres que se deslocaram para esta região em busca de um lote de terras para trabalhar e conquistar melhores condições de vida. No entanto se defrontavam com uma realidade bem diferente, sendo assim obrigados a se submeterem a boa vontade de algum grande fazendeiro ao qual prestava variados serviços.

Só raramente um dos chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, construía aqui e acolá, neste território, pequenas moradas ou quintas, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis as grandes extensões para a criação do seu gado. (GARDNER, 1942, p. 216)

No ambiente das fazendas os diferentes trabalhadores, livres, libertos e cativos, partilhavam os mesmos espaços, chegando a estabelecer laços de convivência muito próximos. Essas intensas relações podiam ser percebidas nos momentos de festividade e de “labuta”. Nas ocasiões de festividade, batismos, casamentos, dias santos e farinhadas esses trabalhadores também estiveram juntos, dando origem a alguns conflitos os mais comuns ocasionados por bebedeiras, disputas de jogos e de mulheres.⁷

A economia pastoril na província do Piauí formada por diversas teias de relacionamentos entre os trabalhadores desta região possibilitou a formação de uma sociedade singular e de costumes baseados na pecuária. Pecuária esta que não pode ser compreendida como um sistema único em todas as regiões em que foi instalada, pois em cada região teve diferentes características determinadas por fatores que vão desde a vegetação, o clima, o relevo, a colonização do espaço e a própria destinação de seus lucros.

Tais vestígios foram por vários anos deixados em esquecimento como tentativa de implantar novos costumes, se distanciando do que teria sido a verdadeira cultura desta sociedade. Tal esforço foi realizado principalmente pelas camadas dominantes na tentativa de forjar memórias que atendessem seus objetivos de modernização e inserção

⁷ APEP. Palácio do Governo, Oeiras. 1814/1817.

nos moldes da elite litorânea no período colonial e posteriormente nos moldes das sociedades modernas urbanas.

As novas abordagens propostas pela história se apresentam como uma possibilidade de recuperar alguns destes vestígios que permaneceram na cultura e na sociedade piauiense e que por muito tempo foram relegados ao esquecimento, a oportunidade de recuperar estes personagens e contribuir para a construção da memória e da história desta região. Não se trata como explica Muniz Sodré, de recuperar uma verdade, “pois não há nenhuma verdade a ser recuperada; há tão-somente a exigência de considerar a presença de outros jogos, de outras formas de coerência”. (SODRÉ, 2005, p. 116)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Teresina: Subsídios para a História do Piauí*. Teresina; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Ilmo. e Rmo. Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1938.

DIAS, Claudete M. Miranda. *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja* Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1ª Ed. 1996.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. *Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de alimentos*. In: Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas UFPI. Ano 10, nº 19, maio-junho/ 2009.

_____. *Agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris do Piauí: aspectos da produção para o mercado externo.*- In- Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10 nº 20, julho-agosto/ 2009.

_____. *O trabalho livre nas fazendas pastoris do Piauí.* In: Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10 nº 22, novembro-dezembro/ 2009.

_____. Fortunas do Gado. Fraudes e acumulação subtraída nas fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário et al (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil.* Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, v. III.

MOTT, Luiz R. B. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade.* Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí.* Rio de Janeiro: Artenova, 1966.v4.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República.* Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí.* Rio de Janeiro, Artenova, 1974

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida. Por um conceito de cultura no Brasil.* 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.